

AS ELEIÇÕES SABOTADAS NO INÍCIO DO REGIME MILITAR

Julio Arthur Marques Nepomuceno

RESUMO

Os anos iniciais do Regime Militar golpearam a democracia brasileira, mas procuraram dar um ar de normalidade através das eleições realizadas em 1965, 1966, 1968, 1970 e 1973. Mas como o regime não estava disposto a dividir o poder com a oposição, usou de todos os casuísmos para que as regras eleitorais fossem alteradas, visando beneficiá-lo. Entre outras coisas, extinguiu os partidos existentes, criando apenas dois em seu lugar apenas duas agremiações, uma governista (Arena) e outra oposicionista (MDB). Também criou o instituto das sublegendas para beneficiar o partido governista, que recebeu assim a maior parte dos políticos militantes. Cassou mandatos, suspendeu eleições, transformou eleições diretas em indiretas e impôs a nomeação dos prefeitos das capitais, áreas de segurança nacional e Estâncias Hidrominerais. Enfim, tudo foi feito para que o regime executasse seus propósitos com aparência de legalidade no exterior. Nos primeiros anos deu certo...

Palavras – Chave – Regime Militar, Eleições, partidos, votos, aparência de legalidade

ABSTRACT

The early years of the Military Regime struck Brazilian democracy, but sought to give an air of normality through the elections held in 1965, 1966, 1968, 1970 and 1973. But as the regime was not willing to share power with the opposition, it used all casuistry so that the electoral rules were changed, in order to benefit you. Among other things, it extinguished the existing parties, creating only two in its place, only two associations, one governor (Arena) and another opposition (MDB). He also created the sub-legend institute to benefit the governing party, which thus received most of the militant politicians. Cassated mandates, suspended elections, transformed direct elections into indirect ones and imposed the appointment of the mayors of the capitals, national security areas and Hydro-mineral Estates. In short, everything was done so that the regime could carry out its purposes with the appearance of legality abroad. In the early years it worked ...

Keywords - Military Regime, Elections, parties, votes, appearance of legality

1. INTRODUÇÃO

O golpe de Estado de 31 de março de 1964 encerrou o período conhecido como “Populista”, iniciado em 1946, após a queda de Getúlio, e que compreendeu os períodos do próprio Getúlio, quando este voltou eleito pelo povo (1950), Juscelino (1955), Jânio (1961) e João Goulart, deposto do cargo na madrugada de 2 de abril de 1964.

O período populista foi uma tentativa de democratizar o Brasil, através da Constituição de 1946, porém marcado por sucessivas crises militares. Em 1954, em meio a uma crise militar, Getúlio se suicidou. No ano seguinte, um grupo de militares tentou impedir a posse de Juscelino Kubitschek, mas em um contragolpe, dois presidentes foram afastados em duas semanas, por outra ala do exército, para que Juscelino pudesse tomar posse no início de 1956 (SERRA, 2014).

As crises não pararam por aí. A renúncia de Jânio Quadros, o governo parlamentarista de Jango e o posterior retorno ao presidencialismo, formaram o caldo golpista, que iria desaguar em 1964. O alinhamento do presidente com os setores mais à esquerda do espectro político, o anúncio das reformas de base, em especial a reforma agrária, e a crescente inflação criaram o clima propício para que os setores mais conservadores se alinhassem para tomar o poder, quebrando assim a ordem constitucional vigente desde 1946 (ANDRADE, 1985).

O prolongamento do regime militar, previsto para durar 21 meses quando instalado, e que permaneceu 21 anos no poder, rachou os diversos grupos que se aliaram para derrubar o presidente: as Forças Armadas, que estava dividida entre os moderados e a “linha dura”, os empresários, e mesmo políticos conservadores que se dispuseram a apoiar o golpe, esperando que o mesmo fosse um “hiato de 15 minutos” de exceção “para colocar o país em ordem”, como diziam (GÁSPARI, 2014b).

Para permanecer tanto tempo no poder, e ao mesmo tempo dar uma aparência de legalidade ao regime, o poder militar manteve as eleições parlamentares e para as prefeituras, mas subtraiu as eleições para os principais cargos do país, como presidente, governador, e prefeito das cidades consideradas Estâncias hidrominerais, áreas de segurança nacional e capitais de Estado. (GÁSPARI, 2016).

O presente artigo procura focar as alterações eleitorais e partidárias havidas no período, inicial (1964-72) como forma de manter o regime militar.

Foi uma longa maratona onde o governo enfrentou o povo e inverteu os resultados eleitorais: o partido vencedor permanecia na oposição, e o partido derrotado, aquele que apoiava os militares, permanecia no poder (SERRA, 2014).

2. O GOLPE E AS PRIMEIRAS INCONSISTÊNCIAS

A derrubada do presidente João Goulart teve início na noite de 31 de março, embora a mobilização estivesse prevista para os primeiros dias de abril.

O General Olimpio Mourão Filho, comandante da 4ª Divisão de Infantaria, precipitou o golpe, descendo com sua guarnição para a cidade do Rio de Janeiro. Ganhou o apoio de outros militares, entre eles Carlos Guedes, Muricy e General Âncora. O General Krueel, chefe do II Exército em São Paulo, foi o último a aderir ao levante (CHAGAS, 2013).

No Rio Grande do Sul, ainda houve tentativas de defender a legalidade, mas no dia 3 de abril os militares rebelados comandavam a situação.

O Presidente Goulart, que no dia 31 de março estava no Rio de Janeiro, foi para Brasília, onde permaneceu poucas horas e depois deslocou-se para o Rio Grande do Sul, onde pretendia resistir aos golpistas. Mas poucos dias depois, convencido da impossibilidade da resistência, deixou o Brasil e foi buscar refúgio no Uruguai (CHAGAS, 2013).

Em Brasília e no Rio, o movimento avançava por diferentes caminhos.

Auto de Moura Andrade, presidente do Senado Federal, empossou o presidente da Câmara Ranieri Mazzilli na presidência da República, tentando salvar as instituições, as quais ele próprio havia ajudado a golpear. Declarou vago o cargo de presidente e convocou Mazzilli para assumir o posto. Mazzilli assumiu, mas já não tinha como governar. Havia outra frente mais poderosa no Rio de Janeiro (ANDRADE, 1985).

O General Arthur da Costa e Silva, o mais antigo general presente no Rio no dia do golpe, proclamou-se Ministro da Guerra e solicitou à Aeronáutica e Marinha que indicassem seus ministros.

Augusto Hamann Rademaker Grunewald foi indicado ministro da Marinha, e Francisco de Assis Corrêa de Mello assumiu a pasta da aeronáutica. Formaram, então, o chamado “Comando Supremo da Revolução”, triunvirato que na prática governou o país durante duas semanas. Enquanto isso, Ranieri Mazzilli representava a tentativa de legalidade que Brasília ainda tentava manter (NEPOMUCENO, 2011).

Para isso, o Congresso votou, em poucos dias, projeto de Lei Complementar disciplinando sobre a eleição no caso de vacância dos cargos de presidente e do vice. O projeto previa que a votação seria feita até 30 dias depois de aberta a última vaga, pelos membros do Congresso Nacional (JUREMA, 1964).

No Rio de Janeiro, as providências eram outras. O autodenominado “Comando Supremo da Revolução” editou em 9 de abril Ato Institucional, possibilitando a eles próprios a cassação de parlamentares, suspensão de direitos políticos por 10 anos e contendo normas para a escolha do próprio presidente. O Ato Institucional previa que a escolha seria feita pelos congressistas, porém o voto seria nominal, ou seja, aberto. Com o Ato que previa cassação de mandatos, os parlamentares se limitaram a ratificar o nome de Castello Branco, indicado pelos militares (ANDRADE, 2008).

2.1 Cassação de Juscelino Kubitschek

Mas antes da reunião do Congresso, Castello Branco teve um encontro com Juscelino, pedindo o apoio do seu partido – o PSD, maior do Congresso, para dar um verniz de legalidade à sua própria escolha. Foi feito um acordo: Juscelino garantiria o apoio do seu partido, o PSD, e em troca recebeu do general a garantia de que a eleição presidencial de 3 de outubro de 1965 seria mantida, e os candidatos a presidente já lançados – o próprio Juscelino, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda - seriam preservados da cassação dos direitos políticos (JUREMA, 1964).

Juscelino cumpriu sua parte no acordo. Castello não. O presidente, depois de chancelado pelo Congresso Nacional, cancelou as eleições presidenciais diretas, cassou os mandatos de Kubitschek e Adhemar de Barros, e deixou para o seu sucessor, Costa e Silva, assinar a cassação de Carlos Lacerda (GÁSPARI, 2014a).

Temerosos de que seus mandatos fossem cassados, e sendo o voto nominal e aberto, os congressistas votaram em Castello Branco, outorgando-lhe 21 meses de mandato.

2.2 Prorrogação do mandato de Castello Branco

Castello foi “eleito” para o Congresso para um mandato tampão de 21 meses, até janeiro de 1966, quando o candidato eleito em outubro de 1965 deveria assumir. Nas palavras do próprio Castello, “o eleito em 1965 seria civil e eleito pelo povo”.

Não foi o que aconteceu. Castello teve seu mandato prorrogado pelo próprio Congresso até 15 de março de 1967¹, e posteriormente alterou a forma de escolha do futuro presidente, tirando do texto constitucional a previsão de eleições diretas para o cargo.

Se o governo militar assumiu com o apoio de parte da classe média e dos empresários, esses fatos marcaram o rompimento dos militares com a maior parte daqueles que apoiaram o golpe (GÁSPARI, 2014a).

O casamento foi curto. Muito curto!

3 APROFUNDAMENTO DO GOLPE OU SEGUNDO GOLPE?

O ano de 1965 começou mal para o regime dito “revolucionário”. Nas eleições para a Prefeitura de São Paulo e em algumas outras prefeituras onde houve eleição para a chefia do Executivo, venceram os adversários do novo regime. Isso acendeu a luz vermelha nos *juristas do Realengo*², que elaboraram um Código Eleitoral rigoroso visando prejudicar os candidatos da oposição. Foi criada a necessidade do domicílio eleitoral mínimo de 4 anos, para alijar da disputa o Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott, que pretendia disputar o governo da Guanabara³.

Apesar dos casuísmos, como eram chamadas essas leis, o governo sofreu duas derrotas em Estados de fundamental importância para os interesses do regime. Na Guanabara, foi eleito Francisco Negrão de Lima, do PTB, e em Minas Gerais e Israel Pinheiro, do PSD. Ambos eram ligados ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, agora considerado inimigo do novo regime, e isso ocasionou clima de instabilidade nos quartéis, em especial na Vila Militar do Rio de Janeiro.

¹ O mandato de Castello Branco foi aumentado em um ano e 45 dias

² Termo criado pelo presidente Castello Branco para designar os militares que criavam leis que alteravam a ordem jurídica e beneficiava o novo regime.

³ O Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal, era formado pela cidade do Rio de Janeiro. Em 1975, foi incorporado ao Estado do Rio de Janeiro.

Na segunda quinzena de outubro, Castello Branco estava virtualmente deposto, quando o Ministro da Guerra, General Costa e Silva, entrou em ação. Conseguiu pacificar os generais com a condição de que Castello Branco editasse um novo Ato Institucional, mais duro e aprofundando a ditadura. .

O Ato Institucional número 2 foi muito mais incisivo do que o anterior. Além de permitir a cassação de mandatos parlamentares, permitiu ao presidente fechar o Congresso, editar legislação através de decretos-leis, decretar intervenção nos Estados sem as formalidades legais, extinguiu os treze partidos políticos existentes e transformou em indireta a eleição para o sucessor de Castello Branco.

Costa e Silva salvou Castello, mas cobrou a fatura: queria ser o próximo presidente (CHAGAS, 2014).

3.1 A Nova Ordem Partidária

Extintos os partidos políticos, Ato Complementar regulamentou as condições para que deputados e senadores criassem duas agremiações provisórias, uma de apoio ao regime militar e outra de oposição.

Os governistas criaram a Arena, reunindo representantes da UDN, PSD e até do PTB, que apoiava o governo derrubado de João Goulart. Afinal, pensando na sobrevivência política e com medo de novas cassações, o partido governista aparentemente seria mais seguro do que o opositorista (CHAGAS, 2014).

Já um grupo de petebistas e representantes os partidos mais ideológicos, como MTR e PSB e a ala mais à esquerda do PTB formaram o MDB, que teve dificuldade até mesmo para conseguir o número necessários de senadores para garantir a sua formação.

Mas os governistas foram além. Queriam ganhar as eleições parlamentares de 1966 de qualquer jeito. Instituíram a chamada sublegenda, sistema em que cada partido apresentava três candidatos e seus votos eram somados. Vencia o candidato mais votado do partido que viesse a obter o maior número de votos.

A Arena tinha facilidade para conseguir candidatos nas sublegendas. Já o MDB, na maioria das vezes, saía com um único candidato, que mesmo sendo o mais votado, perdia para a soma de votos da Arena (GÁSPARI, 2014a).

Para deixar mais claro como funcionava, serão citados dois exemplos.

3.1.1 Eleição para Senador do Rio Grande do Sul em 1966 (Valls, 2004)

Candidatos e porcentagem dos votos:

Siegfried Heuser (MDB) – 48,6%

Guido Mondin (Arena) – 24,6%

Sinval Guazelli (Arena) – 15,7%

Mário Mondino (Arena) – 10,8%

Na matemática dos *juristas do realengo*, o eleito foi Guido Mondin, com metade dos votos do primeiro colocado, pois a soma dos três candidatos da Arena totalizou 51,3% dos votos, enquanto que os votos do MDB, oriundos de um único candidato, foram 48,6%.

3.1.2 Eleição para Prefeito de São João da Boa Vista (SP) em 1968 (ANDRADE, 2016)

Candidatos e votações

Durval Nicolau (MDB) - 5325 votos

Oscar Martins Filho (Arena) – 2.479 votos

Sebastião S. Godoy – 2.039 votos

Antenor José Bernardes – 815 votos

Total da Arena – 5.333 votos

Total do MDB 5.325 votos

Mesmo sendo o mais votado, com 49,9% dos votos válidos, Durval Nicolau do MDB não foi eleito, pois partido governista, com seus três candidatos, somou seis votos a mais do que os votos do MDB, obtidos através do seu único candidato⁴.

Mas houve casos em que a oposição conseguiu vencer os candidatos governistas. Nesses casos, o lançava mão dos Atos Institucionais (GÁSPARI, 2014b).

⁴ Além disso, houve fraude descarada no processo de apuração. Na urna que decidiu a vitória da Arena, havia 300 eleitores, e foram computados 308 votos. A oposição recorreu para o Tribunal Regional Eleitoral, mas o advogado do partido não compareceu no dia do julgamento do processo, que ficou assim prejudicado, coma proclamação da vitória do candidato mais votado da Arena.

Em 1968, foram cassados os prefeitos de Itu, Santos e Olinda, e os vices foram impedidos de assumir, abrindo caminho para a intervenção federal, permitida pela chamada “Legislação Revolucionária).

Em 1973, a Força Aérea Brasileira – FAB comprou aviões supersônicos Mirage – os F 103 – do governo estadunidense, que foram alocados na Base Aérea de Anápolis. O prefeito daquela cidade, eleito pelo voto popular no ano anterior, era o emedebista José Batista Júnior, que não contava com a simpatia dos generais que estavam no poder. Foi sumariamente cassado e a cidade passou a ser governada por um Interventor Federal (NEPOMUCENO, 2013).

3.2 “Eleições Indiretas” ou nomeações diretas?

Depois do Ato Institucional nº 2 transformar em indiretas as eleições presidenciais de 1966, o Ato nº 3 estendeu a medida para a escolha dos onze governadores estaduais que seria feita naquele ano.

No caso da “eleição” de presidente, o Ministro da Guerra Costa e Silva impôs a sua candidatura ao partido oficial e foi referendado pelo Congresso Nacional, com 294 votos favoráveis e 179 abstenções. O voto era nominal, ou seja, o parlamentar dizia seu voto em voz alta. Temendo a cassação dos seu mandatos, a maioria aprovou o Ministro da Guerra para ser o presidente no período 1967-71 (CHAGAS, 1985).

Para os governos estaduais, o mesmo rito foi seguido, sendo que o presidente indicava os candidatos e a Arena os proclamava em convenção. Depois, eram referendados pela Assembleia Legislativa dos Estados (VALLS,2004).

Mas havia uma pedra no caminho. No Rio Grande do Sul, o MDB tinha maioria na Assembleia Legislativa. Os militares resolveram o problema facilmente. Cassaram oito deputados da oposição, e assim o ungido do regime, Coronel Peracchi Barcellos, recebeu a aprovação da Assembleia (BONNES, 2014)..

Nas eleições legislativas de 1966, o partido do governo venceu facilmente. Elegeu mais de dois terços das cadeiras da Câmara dos Deputados e elegeu apenas quatro dos vinte e dois Senadores.

O arranjo partidário e a instituição da sublegenda pareciam ter dado certo para os donos do regime.

Houve uma institucionalização parcial do regime, com o fim dos Atos Institucionais e a adoção de uma nova Constituição em 1967. Mas a normalidade democrática estava longe.

4 “ÀS FAVAS TODO ESCRÚPULO DE CONSCIÊNCIA”

O ano de 1968 foi pródigo em manifestações estudantis nos Estados Unidos, Europa e até mesmo em alguns países da Europa do Leste, seguidores do socialismo soviético.

No Brasil, os estudantes tomaram as ruas de São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades, exigindo o retorno da plena democracia. O clima era de indignação com o regime vigente (VENTURA, 1968).

Paralelamente, surgia a guerrilha armada contra o regime dividida em vários grupos com matizes ideológicos diferentes.

Os padres progressistas da Igreja Católica passaram a apoiar os manifestantes e em alguns casos, até mesmo os integrantes da luta armada. Foi o caso de Carlos Marighella, líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN), que durante muito tempo se escondeu em um convento dominicano, até ser morto em São Paulo pela polícia do Delegado Fleury (VENTURA, 1968)..

4.2 O recrudescimento do regime

Os militares procuravam um pretexto para aprofundar o regime, restringindo ainda mais as liberdades e impondo severas restrições ao funcionamento das instituições (CHAGAS, 2014).

Diante da negativa do Congresso Nacional em conceder licença ao governo para processar o deputado Márcio Moreira Alves, que havia feito um discurso considerado agressivo às Forças Armadas, o governo teve o pretexto que desejava.

Em 13 de dezembro de 1968, editou o Ato Institucional número 5, colocando em recesso compulsório o Congresso Nacional, cassando o mandato de deputados e senadores, e aposentando compulsoriamente um ministro do Supremo Tribunal Federal (CHAGAS, 2014).

Também decretou o recesso de Assembleias Legislativas de vários Estados, entre eles São Paulo e Guanabara, e também de Câmaras Municipais, como a de Itu, no Estado de São Paulo.

O poder passou a ser exercido totalmente pelos militares, sem restrições e sem pruridos de consciência (GÁSPARI, 2014b).

A frase mais marcante em relação ao Ato Institucional nº 5, partiu do Coronel-Ministro Jarbas Passarinho, que minutos antes de assinar o Ato, em reunião do Conselho de Segurança Nacional, afirmou expressamente: “Às favas todos os escrúpulos de consciência” (CHAGAS, 2014)..

E tanto os escrúpulos como as consciências foram mandados às favas. O MDB começou a legislatura 1967-71 com 132 deputados federais (a Arena tinha 277). Depois das cassações, restaram ao MDB apenas 65 deputados.

Aliados do regime também foram atingidos pelo AI-5. Vinte e sete deputados federais da Arena foram cassados, além de Carlos Lacerda, líder político da Guanabara que havia sido aliado de primeira hora da chamada “revolução de 1964”.

No Rio Grande do Sul, a oposição tinha um deputado a mais do que os governistas. Da mesma forma que em 1966, as cassações restituíram a maioria para o partido que apoiava os militares⁵.

4.3 Doença e afastamento de Costa e Silva

No final de agosto de 1969, o presidente Costa e Silva sofreu isquemia cerebral, sendo afastado do cargo pelos ministros militares, que impediram a posse do vice Pedro Aleixo, sob a alegação de que o mesmo havia sido contrário ao Ato Institucional número 5. Além de impedido de assumir a presidência, Aleixo foi mantido por 24 horas em prisão domiciliar na casa de sua filha.

Os três ministros militares substituíram Costa e Silva⁶. Foi o período mais sinistro do Regime Militar.

⁵ Os parlamentares cassados pelo AI-5 não eram substituídos pelos suplentes, o que provocava descaracterização ainda maior da representação partidária.

⁶ A segunda Junta Militar do Regime era formada pelos Ministros Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Marinha), Aurélio de Lyra Tavares (Exército) e Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica), e governou o país entre 31 de agosto a 30 de outubro de 1969.

A luta armada recrudescceu, sendo que um grupo de guerrilheiros sequestrou o embaixador norte-americano no Brasil, exigindo a libertação de quinze outros terroristas presos. O governo cedeu, e os quinze foram levados para Cuba.

Alguns setores do Exército se insurgiram contra a Junta Militar por ter cedido aos terroristas. Quase houve um confronto entre as Forças Armadas (GÁSPARI, 2014b).

Inferiorizados em relação aos terroristas, os ministros militares se insurgiram contra a oposição legal, e novas listas de cassações foram editadas. Até mesmo opositores sem mandato tiveram os direitos políticos suspensos, o que impediu que eles participassem de eleições nos dez anos seguintes.

Nos porões da ditadura, o sangue corria solto, com a tortura se tornando uma prática para as confissões. Entre os mortos do período, consta o então deputado Rubem Paiva, cujo corpo jamais foi encontrado (GÁSPARI, 2014b).

A sucessão de Costa e Silva foi resolvida no âmbito castrense, sendo que o indicado foi o General Emílio Garrastazu Médici, que assumiu a presidência no final de outubro, após referendo formal do Congresso.

No mandato de Médici, a luta Exército x guerrilha se intensificou, e a classe política perdeu a voz definitivamente. A luta armada deu outro pretexto para a permanência alongada dos militares no poder.

Os governadores de Estado foram nomeados por Médici, para o período 1971-74, e ratificados pelas Assembleias, sendo mantido o voto nominal (aberto). O temor de perder o mandato levava os deputados a aceitar o nome imposto pelo sistema (GÁSPARI, 2014b).

4.4 A oposição dizimada – vitórias governistas

A Arena, partido governista, venceu com facilidade as duas eleições seguintes, para o Congresso e Assembleias Legislativas, em 1970, e municipais, em 1972. Além da falta de lideranças na oposição, o momento econômico parecia ser favorável com o chamado “milagre brasileiro”, que marcou forte crescimento da economia em função dos empréstimos que aumentaram exponencialmente a dívida externa do país.

Muitos eleitores opositores, desanimados com as cassações dos seus representantes eleitos, passaram a votar nulo ou em branco, e isso acabou favorecendo o partido governista.

Em 1970, a Arena elegeu 223 deputados federais e o MDB 87. Para o Senado, o massacre foi maior ainda: quarenta e um da Arena contra cinco do MDB.

A vitória arenista se repetiu em 1972 pelos mesmos motivos: desorganização da oposição e votos em branco e nulo dos adversários do governo.

5. CONCLUSÃO

Para analisar a história do Regime Militar, é necessário verificar as nuances das eleições havidas durante a sua vigência. Embora tenha havido restrições, as eleições foram mantidas para alguns cargos, mas os eleitores preferiram, nessa primeira fase, votar em branco ou nulo como forma de protesto, o que acabou beneficiando o regime.

Nas palavras do jornalista Carlos Chagas, houve golpes dentro do golpe (CHAGAS, 2014). E a cada novo golpe, a legislação eleitoral era alterada. Enfim, as eleições somente foram mantidas para dar um verniz de legalidade ao regime.

Depois do período abordado acima, haveria ainda um longo caminho até o final do regime militar, com novos casuísmos eleitorais, até a redemocratização em 1985.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Auro Moura. **Um Congresso Contra o Arbítrio – Diários e Memórias (1961-67)**. Ed. Póstuma revista por Glauco Carneiro. Rio de Janeiro-RJ – Ed. Nova Fronteira, 1985

ANDRADE, Jasson de Oliveira. **Defensores da Ditadura Militar estão na contramão da história**. São João da Boa Vista. Papyrus, 2016.

ANDRADE, Jasson de Oliveira Andrade. **Golpe de 64 em São João da Boa Vista**. São Paulo (SP), 2008.

BONES, Elmar. **A Conciliação Impossível**. Porto Alegre - RS: Langaro Produção Cultural, 2014

CHAGAS, Carlos. **A Guerra das Estrelas (1964/1984)** – Os bastidores das Sucessões Presidenciais. Porto Alegre – RS – L&PM Editores Ltda, 1985

CHAGAS, Carlos. **A Ditadura Militar e os golpes dentro do Golpe:1964-1969**. Rio de Janeiro – RJ. Ed. Record, 2014

DUARTE, José Bacchieri. **Pedro Simon – Sua vida seu tempo**. Porto Alegre-RS, AGE, 2001.

GÁSPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo-SP Companhia das Letras, 2014b.

JUREMA, Abelardo. **Sexta-Feira, 13 – Os últimos dias do governo Goulart**. Rio de Janeiro – GB: Edições O Cruzeiro, 1964

NEPOMUCENO, Julio Arthur Marques. **Memórias de um Amnésico**. Amparo-SP – Gráfica Foca, 2011

SERRA, José. **Cinquenta anos esta noite**. Rio de Janeiro – RJ. Editora Record, 2014.

VALLS, Luiz Fernando Montenegro. **“Brossard. 80 anos na História Política do Brasil”**. Porto Alegre (RS): 2004.

VIANA FILHO, Luís. **O governo Castello Branco**. 2ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Livraria José Olympio Editora, 1975.

A Jovem Maioria Silenciosa.. **Veja**. São Paulo, SP, pgs. 19-24, 22.11.1970, Ed. 115.

Revolução, Ano Zero. **Veja. São Paulo –SP**, p. 16-21, 19.12.1968, Ed., Ed. 15.

Castello: Revolução Venceu. **O Estado de São Paulo. São Paulo –SP**: p. 1, 6-8. 20.11.1966. Ed. 28.097

Castello e Ministros Debatem a Situação. **O Estado de São Paulo –SP**, p.1, 3-5, 06.10.1965.

ARENA vence em todo o País. **O Estado de São Paulo**, SP, 17.11.1968, p. 1, 4-10

Governo Baixa Novo Ato Institucional. **O Estado de São Paulo – SP**, 28.10.1965, p. 1, 3-7

Novo Ato – Congresso em Recesso. **O Estado de São Paulo – SP**, 14.12.1968, p. 1, 3-6

Costa Enfermo; Armas Governam. **O Estado de São Paulo – SP**, 02.9.1969, p.1, 3-8.

Congresso vai eleger hoje o General Médici. **O Estado de São Paulo-SP**, 25.10.1969.

